

# Parceiro duvidoso

» JOSÉ HORTA MANZANO  
Empresário

O R do Brics é a Rússia. No acrônimo, ela aparece coladinha ao Brasil. Na vida real, a distância física, histórica e cultural entre os dois países é imensa. Basta um exemplo: o povo russo jamais viveu sob um regime que não fosse autoritário, enquanto os brasileiros conheceram largos períodos democráticos, inclusive o atual. Os russos vivem atualmente um momento apertado, com o fechamento da porta que dava para o Ocidente. Mesmo com os combates na Ucrânia ainda longe das grandes cidades russas, a vida já não é como antes.

Dirigentes de numerosos países cometeram erros fundamentais que mudaram os rumos da nação. Se arrependimento matasse, cemitérios estariam lotados — é o que se costuma dizer. Mas há erros que deixam mais remorso que outros. Os dirigentes do Japão que participaram da decisão de atacar a frota marítima americana na Pearl Harbour de 1941 não de ter se arrependido amargamente de ter elaborado o plano que acabou por desgracar o Império do Sol Levante.

Nosso Jânio Quadros é outro que, depois de renunciar ao mandato de presidente do Brasil, certo de que o povo o traria de volta “carregado nos ombros”, há de ter chorado lágrimas de aflição em seu autoexílio londrino. Além de perder o mandato, abriu as portas para um regime de exceção que castigaria o país por mais de 20 anos, na sequência do golpe de 1964.

Talvez, o exemplo mais eloquente de “post

errorem desperandum” (desespero depois do erro) seja a monumental derrapada que Vladimir Putin deu ao mandar suas tropas invadirem a Ucrânia em 2022. O fiasco foi tão grande que ele só continuou no comando da ditadura russa até hoje por obra e graça do sistema mafioso que o sustenta no trono. Não fosse a máquina governamental repressiva e opressiva e o total enquadramento do sistema judiciário, é possível que Putin já tivesse desaparecido num “desafortunado acidente” e deixado o trono para um sucessor.

Estes dias, os discretos serviços secretos britânicos publicaram uma estimativa das perdas sofridas pela Rússia na guerra atual. Meio milhão de humanos (incluindo militares e civis) teriam sido mortos ou feridos! O morticínio continua a um ritmo superior a 1,2 mil pessoas por dia. Quanto às perdas materiais, teriam sido destruídos 10 mil blindados, 3 mil tanques de guerra (número que representa 15 vezes o número total de tanques do exército francês), 109 aviões, 136 helicópteros, 23 navios de guerra. A esses números convém acrescentar cerca de 400 drones e mais de 1,5 mil peças de artilharia.

Essa impressionante quantidade de combatentes e de material perdidos em dois anos seria uma sangria insuportável para qualquer país, mesmo para os mais equipados. Para a Rússia, a situação é dramática, bem pior do que se imagina. A prolongação dos combates obrigou Moscou a reanimar sua indústria bélica. As compras de material bélico

no orçamento de 2024 representam entre 30% e 40% das despesas totais do Estado russo. Para juntar essa montanha de dinheiro, cortes profundos têm de ser feitos em outras áreas, enfraquecendo o funcionamento do país como um todo.

Em momentos específicos do século passado, a economia da hoje falecida União Soviética chegou a ter certo vigor. Essa potência perdeu muito de seu antigo brilho. Na verdade, a Rússia de hoje é um país pobre. Para comparar, seu PIB corresponde aos PIBs somados de Holanda e Bélgica. Só que Bélgica e Holanda, adicionadas, têm 30 milhões de habitantes, enquanto a Rússia tem 146 milhões. Moscou tornou-se basicamente exportador de matéria-prima (gás e petróleo).

Do ponto de vista militar, a Rússia, orgulhosa herdeira do laureado Exército Vermelho, perdeu essa guerra logo nos primeiros dias, ao não conseguir tomar Kiev e ser obrigada a retirar-se da Ucrânia. Naqueles dias, o mundo assistiu, pasmo, à débâcle de um temido grande exército diante de tropas menos poderosas. Para a Rússia, o vexame e o desgaste de imagem foram tremendos. Hoje, para a Rússia, o exército perdeu a majestade. Para servir de espantinho, só restou o espectro do arsenal atômico que, aliás, Putin agita dia sim, outro também.

Ao desprezar o Ocidente democrático e se jogar de cabeça no Brics, um clube de países que não combina com o nosso, a dupla Lulamorim está fazendo mau negócio. Fosse eu, refletia duas vezes.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Ponto de interrogação

Soubessem as autoridades e os cidadãos das consequências devastadoras que a ocupação irregular do solo traz para o futuro das populações, comprometendo, inclusive, o estabelecimento sustentável de cidades inteiras, situações como essa seriam terminantemente proibidas sob quaisquer pretextos. O problema, entre nós, é que a responsabilização pelo incitamento ou pela negligência na ocupação irregular de terras nunca é levado a termo, sendo seus autores ou responsáveis deixados de lado pela Justiça.

O que é certo é que, a cada invasão de terra, a cada regularização de áreas em conflito, sem os devidos critérios de impacto e de planejamento urbano, mais e mais a cidade vai perdendo, de modo irreversível, sua qualidade de vida. Cidade alguma, em todo o tempo e lugar, jamais logrou ser considerada com boa qualidade de vida e de infraestrutura para seus habitantes, relegando a segundo plano as exigências de um correto planejamento urbano.

Os brasileiros que visitam a Europa ou os Estados Unidos ficam encantados com a qualidade de vida de seus habitantes, com ruas bem sinalizadas, limpas e bem organizadas. Cidades antigas, com dezenas de séculos de história, conseguem manter e ostentar um altíssimo padrão urbano. Por essa razão, são procuradas por turistas de todo o mundo, que, a cada ano, deixam nesses locais milhões de dólares para os cofres da cidade.

Talvez, o maior problema na administração de nossas cidades esteja, justamente, na falta de uma política que mantenha sob o mais estrito respeito todas as diretrizes traçadas para preservar os espaços públicos, fiscalizando e punindo todo aquele que ouse infringir as regras comuns de convivência. Nossas áreas urbanas, de uso comum, quase sempre encontram-se abandonadas ou em processo de decadência acelerada. O curioso é que são gastos rios de dinheiro, do pagador de impostos, para manter essas áreas em condição mediana de uso.

A falta de fiscalização, ou a incúria das autoridades, permite que a cada dia, nas áreas centrais do Plano Piloto, surjam os chamados barracos de lata, instalados em toda parte, inclusive nos pontos de ônibus. Nesses lugares, vendem-se de tudo, até bebidas alcoólicas. Alguns desses estabelecimentos improvisados têm até caixa d'água instalada.

Para uma cidade que se pretendia planejada, essas e outras distorções, como os puxadinhos irregulares do comércio, ajudam a deteriorar, sob todos os pontos de vista, a capital do país. O pior é que não parece haver solução à vista para esse desregramento geral que vai tomando conta de Brasília. Projetos como o PPCUB e o Reurb, que deveriam, pelo menos, cuidar dessas questões, passam ao largo, tratando apenas de aumentar a instalação de infraestrutura em áreas que não deveriam abrigar bairros residenciais nem acrescentar mais de andares a prédios, num claro contraste com o entorno imediato.

Tolice é acreditar que a regularização fundiária prevista em planos recentes, como por exemplo a LC 986/2021, colocará um ponto final nesse problema que se arrasta desde antes da inauguração da capital. Não pode haver regularização fundiária numa cidade em que cada governo que chega, a cada nova legislatura local que assume, trate logo de tornar regular as mais novas invasões, alimentando um caos urbano cíclico e sem fim.

Desde os anos 70, previa-se que os problemas de terra na capital acabariam por provocar um fenômeno comum a todas as cidades brasileiras. No nosso caso, o que se previa, naquela década, é que chegaria um tempo em que o Plano Piloto restaria cercado por um enorme e incontrolável cinturão de bairros e favelas. A emancipação política da capital tem cuidado, a seu modo, de acelerar esse processo, tornando o futuro da cidade em um ponto de interrogação.

### » A frase que foi pronunciada:

“Que fenômenos estranhos encontramos numa grande cidade, basta passear de olhos abertos. A vida está repleta de monstros inocentes.”

Charles Baudelaire

### » História de Brasília

Para o DVO: no Setor Comercial Local 304-305, o asfalto não foi completado na área de estacionamento, e as casas estão cheias de poeira. (Publicada em 10/2/1962)



## Viva a Idade Média!

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO  
Consultor em estratégia

Pesquisando na internet, é possível encontrar notícias como as reproduzidas abaixo:

“Brasil registra 1.463 feminicídios em 2023. Ou seja, cerca de um caso a cada seis horas, representando uma alta de 1,6% em relação a 2022. Em 18 estados, a taxa de feminicídios ficou acima da média nacional, de 1,4 morte para cada 100 mil mulheres. Entre 2015 e 2023, quase 10,7 mil mulheres foram vítimas. Esse é o maior número registrado desde que a lei contra feminicídio foi criada, em 2015, segundo o relatório publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).”

“Atlas da Violência indica que uma mulher sofre violência sexual no país a cada 46 minutos, sendo vítimas mais frequentes as que têm de 10 a 14 anos de idade. Mostra também que mais de 144 mil mulheres foram vítimas de algum tipo de agressão em 2022, sendo os homens os principais agressores.”

“Segundo dados da 7ª edição do Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), em 2023, houve 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 casos de assassinatos e 10 que cometeram suicídio após sofrer violências ou devido à invisibilidade trans. O número de assassinatos aumentou 10,7%, em relação a 2022, quando houve 131 casos.”

Essas manchetes revelam crimes bárbaros, mas o impressionante é ver que diversos setores da sociedade brasileira acham isso aceitável.

Aliás, é comum vermos manifestações públicas nas redes sociais de pessoas colocando a culpa na vítima, proferindo afirmações do tipo: “Também, quem mandou ela estar vestida assim?”, ou “Deus criou o homem e a mulher. O resto é aberração”, ou ainda aquela célebre frase “Menina veste rosa e menino veste azul”, dita por uma ex-ministra do governo passado.

É um comportamento típico de quem não aceita a diversidade e a liberdade de cada pessoa escolher o que quer ser para viver feliz. Por elas, regras e costumes considerados normais em períodos como, por exemplo, a Idade Média deveriam voltar a prevalecer. Nesse sentido, vale o registro da notícia abaixo:

“O líder supremo do Talibã, Hibatullah Akhundzada, anunciou que o grupo começará a aplicar a sua interpretação da lei sharia no Afeganistão, incluindo a reintrodução da flagelação pública e do apedrejamento de mulheres por adultério. “Vamos açoitá-las e apedrejá-las até a morte. Vocês podem chamar isso de violação dos direitos das mulheres porque eles entram em conflito com seus princípios democráticos, mas eu represento Alá, e você representa satanás.”

Os talibãs têm como premissa que mulher é um ser inferior, que deve obediência ao homem. Infelizmente, há muita gente em nosso país que concorda. Não custa nada lembrar que, até 1962, as mulheres casadas só podiam trabalhar fora, abrir conta no banco, ter estabelecimento comercial ou mesmo viajar se o marido permitisse. E a autorização poderia ser revogada a qualquer momento, de acordo com

o que previa o Código Civil de 1916. E que, somente em março do ano passado, entrou em vigor a Lei nº 14.443/2022 que dispensa o consentimento do cônjuge para autorizar a laqueadura em mulheres.

Inconformados com esses avanços, aqueles que podemos chamar de os talibãs brasileiros conseguiram aprovar a urgência para a votação do PL 1.904/2024 que equipara aborto após 22 semanas de gravidez ao crime de homicídio, estabelecendo uma pena muito maior para a mulher vítima do estupro do que para o estupro. Não custa lembrar que, caso aprovado, revogaria legislação vigente desde 1940.

Porém, para surpresa dos apoiadores, a revolta da sociedade e da opinião pública obrigou o presidente da Câmara dos Deputados a adiar a votação e decidir que será criada uma comissão para debater melhor o projeto. E tudo indica que será engavetado.

Entretanto, esses segmentos que tiveram muito apoio governamental no período de 2019 a 2022, não vão simplesmente desistir de suas pautas. A permanente ofensiva contra as mulheres e a população LGBTQIAP+ precisa ser respondida por quem acredita em uma sociedade apoiada nos princípios do respeito à diversidade e à liberdade de culto, bem como do combate ao racismo e a todas as formas de preconceito.

Hoje, comemoramos o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+. Infelizmente, neste ano, não temos mais a companhia de dois ativistas dessa causa que fizeram a diferença: Jobson Camargo e Eliseu Neto. A eles dedico minha coluna.